

Qualificação e formação profissional em Conservação: alguns paradoxos



José Aguiar¹

1. Conservar não é renovar!

Se tomamos a decisão de «conservar» (e portanto de preservar, restaurar, recuperar e/ou reabilitar) o património - e hoje património é tanto o monumento como a cidade histórica -, estamos obrigados, por imperativo de coerência e de consciência, a procurar garantir a transmissão para o futuro, em toda a sua *autenticidade*², dos seus valores essenciais - de diverso tipo, do funcional ao artístico e histórico.

De há muito que a teoria da conservação destaca a importância da salvaguarda da materialidade do objecto patrimonial enquanto meio específico da manifestação da sua imagem artística e enquanto testemunho histórico³. A matéria com que se formulou o objecto patrimonial torna-se ela própria parte da história, pelo que não deve ser substituída por outra matéria, mesmo que física e quimicamente similar, sem graves perdas de significado e de valor para esse objecto. É sobre esse material constitutivo que deverá incidir o indispensável conhecimento científico e técnico, da determinação do seu comportamento no tempo, à selecção de procedimentos técnicos e materiais a utilizar no processo da sua con-

servação e restauro⁴. Um, talvez o mais importante, dos objectivos da conservação e do restauro seria, então: «Manter a eficácia, facilitar a leitura e transmitir integralmente ao futuro [a obra de arte]»⁵.

Estas reflexões iniciais interessam-me muito particularmente para poder estender um breve olhar crítico sobre as qualificações disciplinares, profissionais e do sistema de formação em conservação hoje (in)disponível em Portugal.

Na interpretação histórica da arquitectura, durante demasiados anos, a nossa historiografia destacou sobretudo os valores estilísticos do espaço e das suas linguagens - cuja predominância seleccionava em função do programa político do momento - descurando a concretização material efectiva do objecto em causa. Como consequência, nas iniciativas de restauro, a conservação era, na realidade, substituída por práticas de renovação interpretativa, de duvidosa veracidade.

O mesmo processo - típico do Estado Novo - estendeu-se, nos últimos anos, às práticas de reabilitação urbana do regime democrático, onde o fachadismo se tornou o método de projecto mais corrente. Nesta lógica estamos a compro-

¹ Arquitecto, Assistente de Investigação do LNEC, Assistente com Regência na Universidade Lusíada, docente colaborador no Mestrado em Recuperação da UE, e no Mestrado em Desenho Urbano do ISCTE. Doutorando em conservação do património, UE.

² Sobre o tema da "autenticidade" consulte-se J. Jokilehto, *Conservation Principles and their Theoretical Background*, em *Durability of Building Materials*, Elsevier Science Publishers B.V., Amsterdão, 1988; ou ainda J. Jokilehto, *Questions about "authenticity"*, ASC-96 ICCROM/BDA, Viena, 1994.

³ Disse Brandi que era pela «...consistência material [na qual se manifesta a imagem de obra de arte, que] devem ser feitos todos as pesquisas e esforços para que possa durar o mais longo tempo possível». C. Brandi, *Teoria del Restauro*, Piccola Biblioteca Einaudi, Turim, 1963 (2ª ed. de 1977), p. 6, (trad. livre).

⁴ Reflexões que se sustentam em alguns dos mais célebres axiomas de Brandi (e, hoje, da cultura da conservação): «(...) apenas se restaura a matéria da obra de arte; o restauro deve orientar-se para o restabelecimento da unidade potencial da obra de arte sem produzir um falso histórico ou um falso artístico e sem cancelar nenhum dos traços da passagem da obra de arte pelo tempo». C. Brandi, *ob. cit.*, p.8, trad. livre.

⁵ Extracto da *Carta del Restauro*, de 1972, imposta com força de Lei às superintendências e Institutos Autónomos Italianos pela circular nº 117 de 6-4-1972 do Ministero della Pubblica Istruzione. C.f. C. Brandi, *ob. cit.*, pp. 133-154, trad. livre.

meter, provavelmente de forma definitiva, uma das áreas que poderia configurar, a médio prazo, uma das maiores vocações económicas (a indústria patrimonial e o turismo cultural) do país e da Europa – continente onde as cidades históricas atingiram o auge da sua expressão mundial –, e da qual já dependem uma parcela substantiva do PIB de países como a Itália, a Inglaterra ... ou a República Checa. Alterar esta situação exige evidentemente, uma maior sensibilidade cultural para o tema tanto quanto a melhoria das qualificações dos agentes envolvidos, a todos os níveis. Assim, face à exigência e ao rigor que as actividades de conservação, de restauro e da reabilitação naturalmente colocam, é curioso registar a parca cobertura do tema pelos sistemas de formação de base, ou avançada, hoje disponíveis no nosso país⁶.

2. A formação avançada em Conservação Arquitectónica é rarefeita em Portugal

Ao nível das licenciaturas em arquitectura actualmente disponíveis, podemos constatar que a maior parte dos cursos continua a vocacionar-se, de modo quase exclusivo, para a prática do projecto novo, pouco integrando as implicações teóricas e metodológicas da conservação, ou mesmo da reabilitação urbana⁷.

Neste domínio a experiência portuguesa é substancialmente diferente de outros países europeus, como por exemplo a Itália, onde a teoria da conservação e do restauro assumem uma importância substancial na *curricula* dos cursos de arquitectura e na formação dos novos arquitectos. A nossa situação é ainda mais paradoxal porque a actividade de conservação e restauro é exactamente uma das poucas áreas onde a legislação portuguesa estabelece como obrigatória a responsabilidade projectual de arquitectos!!!

As possibilidades dos licenciados em arquitectura adquirirão uma

formação pós-graduada, ou frequentarem mestrados neste domínio, são também ainda demasiado restritas, ou muito irregulares. Exceptuam-se os cursos de

notável regularidade o pioneiro Curso de Mestrado em Recuperação do Património dirigido pelo Prof. Virgolino Ferreira Jorge. Na evolução das teorias da con-



Limpeza da pedra com laser (demonstração no Convento da Arrábida) e restauro de guarnecimentos (Kartausen, Mauerbach).

pós-graduação do IST e os Mestrados em Conservação de Universidades como as de Lisboa e do Porto (sendo que alguns desses cursos funcionam em escolas que não estão ligadas directamente ao ensino da arquitectura). Neste panorama apenas se destaca a Universidade de Évora, onde se tem mantido com

servação e do destaque que esta tem vindo a dar às relações que os monumentos travam com os contextos e os lugares dos seus assentamentos, resulta que alguns dos maiores problemas da salvaguarda do património arquitectónico são, hoje, de ordem urbana, dependendo da evolução dos (mal) chama-

⁶ Entre outros consultem-se os estudos de J. Aguiar; A. M. Reis Cabrita; J. Vasconcelos Paiva, Formações e carências de qualificações profissionais na conservação e reabilitação do património, em *Conferência Nacional Património e Formação Profissional*, Évora, 18 e 19 de Junho, Évora, Ministério da Educação, 1993. Sobre as qualificações necessárias e da sua capacitação disciplinar consulte-se o estudo-chave de Luís Aires-Barros, A formação de conservadores e restauradores de monumentos em Portugal, em *Encontro Formação/Profissão em Conservação do Património Edificado*, Cadernos SPPC, nº 4, Maio, Lisboa, SPPC, 1997.

⁷ Com a excepção, claro está, de algumas muito poucas escolas que fornecem como via optativa a possibilidade de cursar uma disciplina de último ano, vocacionada para os problemas da "reabilitação", o que é claramente insuficiente.

dos «centros históricos», os quais acusam fortemente a evolução da cidade suburbana. Isto significa que, hoje, a conservação do património se tornou um problema que exige cada vez mais um enfoque urbanístico.

Ao nível específico da conservação do património urbano importa agora esclarecer que a rarefação das hipóteses de formação avançada é também uma realidade a nível internacional. Como exemplo, pode apontar-se que determinados centros de excelência de natureza transnacional, como o ICCROM (promovido pela UNESCO), apenas em 1997 iniciaram as primeiras experiências pedagógicas na área da conservação urbana⁸

3. Em obra, os saberes e as qualificações tradicionais já não existem ou desaparecem gradualmente

Mas as nossas carências formativas não se resumem aos níveis superiores: hoje raramente podemos contar em estaleiro com o “batido” encarregado de obras; no mundo da construção civil os “mestres de obras” que tudo remediavam e a tudo acudiam, quase desapareceram, tal como já desapareceram os saberes artesanais e pré-industriais que os formaram.

Quando se instala governamentalmente uma gestão economicista da conservação patrimonial, ou quando se verifica uma das típicas crises da construção civil, todos constatamos as inevitáveis consequências: como estratégia de sobrevivência, as grandes empresas diversificam a sua actividade, entrando mais ou menos abruptamente pela reabilitação e pela conservação, onde, através do *dumping*, acabam por afundar as pequenas empresas com alvará, mais especializadas. Como consequência afundam-se as empresas vocacionadas e desaparecem, ou mudam de actividade, os operários e quadros técnicos mais capacitados nas tecnologias ancestrais.

O gradual desaparecimento dos saberes e das práticas tradicionais, que permitiam manter de forma

natural os monumentos pré-industriais, obrigou a grande maioria dos países Europeus a investir na formação de Conservadores e de Restauradores – em diferentes níveis de formação, do bacharelato à licenciatura – enquanto novos profissionais especialmente capacitados para intervir tecnicamente, nesse tipo de intervenções. Estes novos técnicos passaram a desempenhar um papel primordial, tanto ao nível do apoio ao desenvolvimento do projecto, como na coordenação, na execução e no controlo dos trabalhos de conservação arquitectónica.

Paradoxalmente, entre nós a formação de Conservadores-Restauradores dirige-se sobretudo para a chamada «arte móvel». Os programas das poucas escolas e cursos existentes orientam-se, de forma quase exclusiva, para a conservação da, eventualmente mais prestigiada, pintura de cavalete, do restauro da estatuária (mais raramente a pintura mural). Fica praticamente de fora a formação de técnicos aptos para operarem no amplo quadro do urbanismo e da arquitectura histórica, campos que se deixam abertos à chamada “construção civil”, que convenhamos está hoje pouco vocacionada para este domínio de actividade, sobretudo devido à super-especialização das últimas décadas para o

produtivismo industrialista da “obra nova”.

Ao nível da própria reciclagem da indústria, nomeadamente na formação de operários, é meritório, ainda que parco, o gradual investimento em cursos de formação em técnicas de obra ligadas à reabilitação e ao restauro, por parte de entidades com sérias responsabilidades na qualidade da formação dos profissionais da construção civil; como o CENFIC.

Em suma: os paradoxos da actual situação são incompreensíveis quando verificamos que todos os indicadores apontam para que, a curto prazo, também em Portugal onde as pirâmides etárias estão completamente invertidas e perante o gradual arrefecimento da tardia revolução moderna que levou tudo e todos para o litoral -, suceda o que já sucede há muito tempo na restante Europa, ou seja, que a actividade em reabilitação, restauro e da conservação se torne numa das áreas de exercício principal ao nível do projecto e de construção⁹. Perante este contexto importa, de uma vez por todas, tomar consciência de que “as cidades do futuro já existem hoje” e iniciar a translação para a disciplina da arquitectura dos novos paradigmas da cultura ecológica, da qual a conservação faz parte. ■



⁸ Neste domínio é particularmente interessante a leitura do recente artigo do economista António Manzoni de Sequeira, “O mistério da reabilitação em Portugal”, em *Magazine ATIC*, Nº 24, Novembro, Lisboa, ATIC, 1999, pp. 49-56.

⁹ Nesse domínio importa registar como muito positiva a inclusão de disciplinas de conservação do património urbano nos *currricula* de alguns cursos de mestrado, como é o caso, por exemplo, do *Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico* da Universidade de Évora e do *Mestrado em Desenho Urbano* do ISCTE, em Lisboa.